

OPINIÃO

A ATUALIDADE DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Jorge Werthein

Ilustração: Fred Lobo

Brasília é sede, nesta semana, da Conferência Regional Preparatória da V Conferência Internacional de Educação de Adultos promovida pelo Ministério da Educação e do Desporto e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (Unesco). Não é por acaso que um evento de tal importância se realize nesta cidade e tenha os promotores que tem.

Desde sua origem, há cinquenta anos, a Unesco prega a necessidade de se estender a educação para além das salas de aula e da população em idade escolar. A questão é mais atual que nunca. Atravessamos um momento histórico marcado por profundas transformações na economia, na política, na cultura e, como não poderia deixar de ser, nas formas de pensar e fazer educação. No mundo todo, a educação em geral e de adultos, em particular, passa por notável inflexão, consequência das mudanças em curso.

No campo político, a América Latina segue, desde a década de 80, pelo caminho da democracia, porém marcado por questionamentos em relação aos círculos do poder, às instituições, e pela preocupação com os direitos humanos e com a busca da equidade social. Isso supõe formas de preparo para o exercício ativo da cidadania. Ainda no campo político, o fim da Guerra Fria, como sabemos, não eliminou os conflitos bélicos. Pelo contrário, abriu espaço para enfrentamentos localizados, provocados por divergências étnicas, econômicas e religiosas, que não perdem em crueldade e sofrimento impostos à população civil, particularmente as crianças, para os mais bárbaros da História. Nesse contexto, a educação surge não só como instrução, mas como base da civilização. É pela educação — e ousa afirmar apenas da educação — que se construirá uma cultura da paz, de respeito às diferenças entre as pessoas e povos.

No campo tecnológico, as mudanças se caracterizam pela enorme velocidade e pela exigência de renovação da mentalidade e das competências humanas. O que prevalece já não é o domínio de pacotes de conhecimentos, mas a habilidade para aprender de forma continuada. No campo econômico, a globalização e a competitividade demandam força de trabalho mais bem educada, capaz de rápida adequação às inovações, com maior autonomia e em condições de selecionar e metabolizar grandes massas de informação e de trabalhar de forma coletiva e solidária.

Um dos documentos preparados para a Conferência — “Los Aprendizajes Globales para el Siglo XXI” — nos alerta para um aspecto inquietante dessas mudanças: “A direção que está tomando a transição tecnológica, produtiva e cultural tende cada vez mais a ser hegemonizada por critérios pragmáticos, economicistas e que aplicam às políticas sociais princípios de rentabilidade empresarial”. Esse fato nos leva a considerar que o Estado, embora tenda a diminuir sua presença em certos campos, tem ainda um papel fundamental em áreas decisivas para o desenvolvimento sustentado e para a busca da equidade social, como a educação.

Como ponto culminante de um longo processo de reflexão e discussão sobre esse novo conjunto de circunstâncias, a Unesco e outros organismos internacionais promoveram, em 1990, a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia. Um de seus resultados fundamentais foi o entendimento da educação como uma intervenção social destinada a satisfazer as *necessidades básicas* de aprendizagem dos indivíduos (crianças, jovens e adultos), considerando essas necessidades básicas numa dupla dimensão: a) o que é necessário aprender para poder seguir aprendendo, isto é, o domínio das ferramentas essenciais para a aprendizagem (leitura, escrita, comunicação oral, cálculo etc); b) o que é necessário aprender para poder continuar vivendo; noutras palavras, os conhecimentos e saberes básicos para a sobrevivência, para desenvolver a capacidade, para trabalhar, participar ativamente da vida comunitária e do país, para uma vida digna.

Essa visão nos propõe uma mu-

dança considerável tanto na teoria quanto na prática da educação de adultos. Na etapa anterior, a educação de adultos havia dando atenção prioritária à coesão social dos diversos segmentos da população. As propostas de Jomtien se encaminham ao resgate da função pedagógica, priorizando as aprendizagens efetivamente conseguidas. Se em outras latitudes o conceito de educação de adultos está fortemente atrelado a mudanças tecnológicas e a necessidades de requalificar uma força de trabalho obsoletizada pelas transformações produtivas e competitivas, na América Latina e no Brasil a educação de adultos está, ainda e também, profundamente ligada à situação de pobreza extrema e exclusão social de vastos setores da população.

Hoje, estamos diante de formas de pensamento que procuram matizar e articular o que antigamente era apresentado como diferenças radicais em termos de responsabilidades e de recursos educativos. Os governos se articulam com entidades não-governamentais e empresariais em iniciati-

vas de melhoria da qualidade da educação. Exemplo disso são o programa Comunidade Solidária, a cooperação entre o MEC e organizações empresariais para educar a mão-de-obra analfabeta e iniciativas de grandes entidades privadas e veículos de comunicação de massa para ampliar as oportunidades de escolarização formal da força de trabalho. Essas e outras estratégias adotadas recentemente para a educação brasileira nos planos federal, regional e local estão em consonância com o que a Unesco tem pregado. Por isso, finalizo este artigo fazendo minhas as palavras do diretor-geral da Unesco, Federico Mayor, quando afirma: “É para os mais pobres, aqueles mais expostos à exclusão, aqueles mais em termos do acesso ao conhecimento, aqueles mais vulneráveis, que a Unesco comprometeu-se trabalhar”. A Conferência de Brasília demonstra que esse compromisso não é só da Unesco.

■ Jorge Werthein é representante, no Brasil, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e coordenador do programa Unesco-Mercosul

